



## NICARÁGUA

EUA ameaçam impor novas sanções ao país após a declaração da vitória do ex-guerrilheiro sandinista, no poder desde 2007. União Europeia classifica o processo, marcado pela prisão de opositores, como um “escárnio”

# Países contestam a reeleição de Ortega

AFP



Ao lado da esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, o líder nicaraguense discursa: quarto mandato consecutivo

Em um resultado sem surpresas, amplamente condenado pela comunidade internacional, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, foi declarado, ontem, vitorioso para exercer o quarto mandato consecutivo. Segundo o Conselho Supremo Eleitoral (CSE), Ortega obteve 75% dos votos nas eleições polêmicas, que não tiveram uma real concorrência, com sete aspirantes opositores atualmente detidos. Anunciada a recondução, Washington ameaçou impor novas sanções ao país.

“Continuaremos usando a diplomacia, as ações coordenadas com nossos aliados e sócios regionais, as sanções e as restrições de visto (para que) os cúmplices no apoio aos atos não democráticos do governo de Ortega-Murillo prestem contas”, afirmou o secretário americano de Estado, Antony Blinken, em um comunicado, referindo-se ao presidente e à sua mulher, Rosario Murillo. Na véspera, enquanto ocorria a votação, o presidente dos EUA, Joe Biden, chamou as eleições de “farsa”.

Blinken afirmou que trabalhará com outras democracias, inclusive por meio da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se realiza esta semana, para “pressionar por um retorno à democracia por meio de eleições livres e justas e do pleno respeito pelos direitos humanos na Nicarágua”. “Isso deve começar com a libertação imediata e incondicional dos presos injustamente”, disse Blinken.

Após a apuração de metade das urnas, a presidente do CSE, Brenda Rocha, anunciou que o candidato liberal Walter Espinoza — apontado como colaborador do governo — aparecia em segundo lugar, com 14,4% dos votos. O CSE calculou em 65% a taxa de participação. Depois de votar no domingo, Ortega chamou os opositores de “terroristas” e “demônios”. Também

disse que “conspiraram contra a paz” do país.

O observatório independente Urnas Abertas afirmou, no entanto, que a abstenção alcançou 81,5%, mas não era possível verificar os dados. Segundo a entidade, a votação foi marcada pelo “controle paramilitar” e pelo “assédio a funcionários públicos” para forçá-los a votar.

### Reações

Pouco depois da publicação dos resultados parciais, a União Europeia (UE) afirmou que as eleições “carecem de legitimidade”. O governo da Espanha, por sua vez, considerou que o processo eleitoral foi um “escárnio”. “As eleições completam a conversão da Nicarágua em um regime autocrático”, ressaltou o bloco europeu, em um comunicado. Ao mesmo tempo, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro,

AFP



Apoiadores de Ortega comemoram no centro de Manágua

felicitou o aliado.

Depois de chegar ao poder pelas urnas em 2007, Ortega, que completará 76 anos na

novamente ao seu lado a influente esposa, Rosario Murillo, de 70 anos, que será vice-presidente pela segunda vez.

O ex-guerrilheiro sandinista, que também governou o país nos anos 1980, depois que a FSLN derrubou, em 1979, o ditador Anastasio Somoza, enfrentou Espinoza e outros quatro candidatos. Todos eram desconhecidos e classificados como colaboradores do governo.

Após 14 anos de poder, Ortega é acusado pelos críticos de nepotismo e de instaurar uma ditadura. O ex-guerrilheiro alega que seu governo é do povo e defende a soberania do país dos ataques dos Estados Unidos. Os opositores — a maioria no exílio, ou presa — defenderam a abstenção. No centro de Manágua, com bandeiras da FSLN, simpatizantes de Ortega festejaram durante a madrugada.

As eleições também definiram

os 90 deputados do Congresso, que, assim como todos os poderes do Estado, está sob controle do governo. À medida que reformas eleitorais foram adotadas e o cerco se fechou à oposição, Ortega aumentou o percentual de suas vitórias. Em 2006 venceu com 38%; em 2011, com 63%; e, em 2016, com 72%.

### Protestos

As eleições aconteceram três anos e meio após os protestos de 2018 que exigiram a renúncia de Ortega. A repressão deixou pelo menos 328 mortos e mais de 100 mil exilados, o que provocou uma grande crise no país de 6,5 milhões de habitantes.

Nos meses anteriores às eleições, três partidos foram considerados ilegais, e 39 ativistas sociais políticos, empresários e jornalistas detidos — incluindo sete aspirantes à Presidência. Desde 2018, 120 opositores foram presos.

“Como o regime perdeu boa parte de sua base social e, portanto, também de poder real, recorre a uma repressão crescente para tentar anular o processo de implosão em andamento”, analisou o sociólogo Oscar René Vargas.

“A integridade do processo eleitoral foi esmagada pela detenção sistemática, perseguição e intimidação de pré-candidatos e líderes da oposição”, afirmou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, em um comunicado em nome dos 27 países do bloco.

Com base em leis aprovadas em 2020, os detidos foram acusados de atentar contra a soberania, de promover sanções internacionais, traição à pátria, ou lavagem de dinheiro. Esse último crime foi imputado à principal aspirante da oposição à Presidência, Cristiana Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro (1990-1997), que está em prisão domiciliar.

## CHINA

# Todo poder para Xi Jinping

A um ano do congresso que deve declarar o terceiro mandato de Xi Jinping, os principais líderes do Partido Comunista da China (PCC) iniciaram, ontem, uma reunião que deve consolidar ainda mais o poder do presidente. Do encontro a portas fechadas, como todos da cúpula do regime chinês, sairá uma resolução que reavaliará o século de história da legenda, provavelmente consolidando Xi como expoente, como Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping.

A agência estatal de notícias Xinhua informou que o presidente chinês abriu o encontro com um relatório de trabalho e “apresentou explicações sobre um projeto de resolução que envolve as principais conquistas alcançadas e a experiência histórica acumulada de 100 anos de esforços do partido”. Aproximadamente 400 líderes participam da plenária do XIX Comitê Central do PCC, por quatro dias, em Pequim.

A resolução marcará o tom do 20º congresso partidário do próximo ano, no qual se espera que o presidente declare que terá um terceiro mandato no poder, cimentando sua posição como o líder mais poderoso da China desde Mao. Antes da cúpula, a imprensa estatal exaltou a liderança de Xi, apresentado “um homem de pensamentos e sentimentos profundos, que herdou um legado, mas que ousa inovar”. Um visionário comprometido com “o trabalho incansável”.

O governo de Xi é marcado por ações de luta contra a corrupção, políticas repressivas em Xinjiang, Tibete e Hong Kong, assim como uma abordagem cada vez mais assertiva nas relações internacionais. Analistas destacam que ele também criou um culto à personalidade que impede críticas e elimina seus rivais, além de ter apresentado a própria teoria política, conhecida como “O Pensamento de Xi

Jinping”, a estudantes.

Chris Johnson, do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, afirmou ao podcast Sino-cism que a nova resolução pode representar uma oportunidade para que Xi “limpe algumas partes da história que não o agradam”, inclusive os excessos de reformas econômicas do fim dos anos 1990. Recentemente, ele lançou uma campanha de “prosperidade comum” para enfrentar a desigualdade de renda e endurecer o controle sobre as grandes empresas do país.

### Antecedentes

A resolução do Comitê Central seria a terceira do tipo na história do Partido Comunista da China. A primeira, aprovada sob o governo de Mao, em 1945, ajudou a estabelecer sua autoridade sobre o partido quatro anos antes da tomada de poder na China.

Com a segunda, sob Deng Xiaoping em 1981, o regime adotou

NICOLAS ASFOURI



O presidente chinês (C) no Congresso Nacional do Povo, em março: liderança exaltada

reformas econômicas e reconheceu os “erros” da era Mao. Para Chris Johnson, com a nova resolução, Xi poderia “de fato fazer com Deng o que Deng fez com Mao, ao criticar os excessos das reformas e políticas de abertura de Deng Xiaoping”. Faltaria ao presidente

conseguir o terceiro mandato. “Xi Jinping já começou a reescrever a história do partido em livros didáticos, universidades e na imprensa, reduzindo fortemente seus erros como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, e glorificando

sua ação como secretário-geral do partido”, disse Alice Ekman, do Instituto da União Europeia para Estudos de Segurança, para quem a nova resolução é “claramente parte dos esforços de Xi Jinping para prolongar sua presença como líder do partido”.